

Aborto, agenda antigênero e vulnerabilidades digitais em grupos bolsonaristas no Telegram

Aborto, agenda antigênero y vulnerabilidades digitales en grupos bolsonaristas en Telegram

Abortion, Anti-Gender Agenda, and Digital Vulnerabilities in Pro-Bolsonaro Groups on Telegram

GUILHERME POPOLIN¹

Resumo: Este artigo analisa como a desinformação de gênero sobre aborto contribui para vulnerabilizar mulheres em grupos e canais bolsonaristas no Telegram. A partir de imagens coletadas entre 2020 e 2022, de uma amostra de 261 peças, identificou-se o aborto como tema mais recorrente, presente em 148 imagens, submetidas à codificação temática e à pré-codificação visual assistida pela API da OpenAI, com revisão humana posterior. Os resultados indicam que a vulnerabilização digital decorre da circulação reiterada de imagens que articulam aborto, conspiração, pânico moral e discurso religioso.

Palavras-chave: *telegram*; aborto; desinformação de gênero; vulnerabilidades digitais.

Resumen: Este artículo analiza cómo la desinformación de género sobre aborto vulnerabiliza a mujeres, en grupos y canales bolsonaristas de Telegram. A partir de imágenes recogidas entre 2020 y 2022, de una muestra de 261 piezas, se identificó el aborto como tema más recurrente, presente en 148 imágenes, sometidas a codificación temática y precodificación visual asistida por la API de OpenAI, con revisión humana posterior. Los resultados indican que la

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com pós-doutorado em Ciência da Computação aplicada às Ciências Humanas pela Universidade de Exeter (UK). E-mail: gpopolin@gmail.com

vulnerabilización digital deriva de la circulación reiterada de imágenes que articulan aborto, conspiración, pánico moral y discurso religioso.

Palabras clave: *telegram*; aborto; desinformación de género; vulnerabilidades digitales.

Abstract: This paper analyzes how gender disinformation about abortion helps render women digitally vulnerable, in Bolsonarist groups and channels on Telegram. Based on images collected between 2020 and 2022, on a sample of 261 items, abortion was identified as the most recurrent theme, present in 148 images, which were subjected to thematic coding and to OpenAI API-assisted visual pre-coding, followed by human review. The results indicate that digital vulnerabilization stems from the repeated circulation of images that articulate abortion, conspiracy, moral panic, and religious discourse.

Keywords: *telegram*; abortion; gender disinformation; digital vulnerabilities.

Introdução

As disputas em torno do aborto ocupam posição de destaque entre os imbróglis sociais contemporâneos e, nos ambientes digitais, tendem a ser reorganizadas por informações que deslocam o debate dos direitos, da saúde pública e da justiça reprodutiva para o terreno do medo, da culpa e do pânico moral. No Brasil, esse deslocamento é impulsionado por redes da extrema-direita que, em plataformas de mensagens, articulam aborto, feminismo, diversidade sexual e a chamada “ideologia de gênero” como partes de uma mesma ameaça à família, à infância e aos valores cristãos. Desse modo, engendra-se a produção de desinformação de gênero por meio de enquadramentos que transformam direitos sexuais e reprodutivos em sinais de degradação moral e de perigo social.

A literatura sobre justiça reprodutiva permite recolocar o aborto no horizonte dos direitos humanos e das condições materiais de existência, sobretudo em contextos nos quais a criminalização atinge de modo desigual mulheres marcadas por raça, classe e precariedade (Davis, 2016). No caso brasileiro, a questão torna-se ainda mais sensível quando se observa que experiências de aborto e de aborto legal são atravessadas por desigualdades estruturais, bem como por ofensivas morais e religiosas que deslegitimam as mulheres como sujeitos de direito (Dantas; Dibai, 2021; Diniz *et al.*, 2023; Batista; Sardenberg, 2011).

No ecossistema bolsonarista, o Telegram assume papel estratégico nesse processo, pois sua arquitetura favorece a segmentação de públicos, a circulação reiterada de conteúdos e a sedimentação de câmaras de eco em que discursos antigênero e anti-LGBTQIA+ podem ser amplificados com baixa exposição ao contraditório. É nesse contexto que se insere o presente artigo, que parte de 806 imagens contendo a expressão “ideologia de gênero”, coletadas em 109 grupos e canais bolsonaristas no Telegram entre 2020 e 2022², das quais se extraiu uma amostra de 261 peças para codificação temática (Popolin, 2024). Dentro desse universo, o aborto destacou-se como o tema mais recorrente, presente em 56,7% da amostra, o que indica sua centralidade como operador moral capaz de conectar religiosidade, anticomunismo, defesa da família e antagonismo político.

Diante disso, o artigo busca responder à seguinte questão: como a desinformação de gênero sobre aborto, circulada em grupos e canais bolsonaristas no Telegram, produz vulnerabilidades digitais para mulheres? Parte-se do argumento de que essa desinformação tanto distorce o debate público sobre direitos reprodutivos quanto vulnerabiliza digitalmente mulheres³ ao criminalizar simbolicamente o aborto legal, moralizar experiências atravessadas por violência e desigualdade, apagar vítimas de violência sexual e reinscrever a maternidade como horizonte normativo. Assim sendo, sustenta-se que o Telegram bolsonarista funciona como um espaço no qual o aborto deixa de aparecer como questão de cidadania, saúde e justiça para ser mobilizado como evidência de ameaça à ordem social.

Entende-se que este estudo articula três debates que, embora relacionados, costumam ser desenvolvidos por lentes analíticas distintas. O primeiro diz respeito à desinformação de gênero, cuja literatura recente aponta a necessidade de superar abordagens fragmentadas que a tratam ora como

² A escolha do recorte temporal entre 2020 e 2022 se relaciona tanto ao percurso da pesquisa quanto ao contexto político analisado, já que foi nesse período, ao longo do doutorado, que se deu o acompanhamento dos grupos e canais bolsonaristas no Telegram, em um momento em que a plataforma ganhava centralidade na circulação de ideias extremistas e conservadoras. A delimitação até 2022 também se justifica porque 2023 corresponde a outra conjuntura político-institucional, marcada pelo início de um novo governo federal, o que poderia exigir outras mediações interpretativas e novas categorias de análise.

³ Embora o autor reconheça que o aborto é um tema pertinente a todas as pessoas com útero - não apenas mulheres - o presente artigo utiliza o termo mulheres em razão do material empírico analisado. Nos grupos e canais bolsonaristas, o aborto é majoritariamente enquadrado por meio dessa categoria, associada à maternidade de mulheres cis, à família e aos papéis de gênero. Trata-se, assim, de uma escolha orientada pelo corpus e pelo problema de pesquisa, isto é, não de exclusão de outras experiências reprodutivas.

desinformação, ora como violência online, ora como ataque baseado em gênero (Gehrke; Amit-Danhi, 2025). O segundo refere-se à agenda antigênero e antiaborto na América Latina, na qual direitos sexuais e reprodutivos são recodificados por atores conservadores como ameaça à família, à infância e aos valores nacionais (Biroli; Caminotti, 2020). O terceiro envolve as vulnerabilidades digitais, compreendidas como condições multidimensionais produzidas nas relações entre sujeitos, plataformas e estruturas sociotécnicas (Botelho-Francisco, 2025). Ao examinar imagens sobre aborto em grupos e canais bolsonaristas no Telegram, aproximam-se esses três campos a fim de demonstrar como a instrumentalização visual do aborto produz a vulnerabilização digital de mulheres.

Além desta introdução, o artigo organiza-se em três seções. Primeiro, discute-se o arcabouço teórico que articula vulnerabilidades digitais, desinformação de gênero, antifeminismo, misoginia e agenda antigênero. Em seguida, situa-se o aborto ao examinar o papel do Telegram como infraestrutura privilegiada de circulação do pânico moral. Depois, apresentam-se o corpus, o percurso metodológico e o recorte analítico, de modo a aprofundar a análise das 148 imagens em que o aborto aparece como tema, a partir de categorias como criminalização simbólica, aparato legal, reinscrição materna, apagamento de vítimas de violência sexual, vulnerabilidades digitais e desinformação de gênero. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados e destacam as contribuições e limitações do estudo.

Violências simbólicas e estruturais contra mulheres: vulnerabilidades digitais e desinformação de gênero

Em ambientes orientados por métricas de atenção, sistemas algorítmicos tendem a favorecer materiais emocionalmente carregados, moralmente polarizadores e de alto potencial viral, o que amplia a difusão de desinformação e reduz as condições de avaliação crítica. Nesse sentido, a desinformação (Wardle; Derakhshan, 2017) pode ser compreendida como produto de arquiteturas que recompensam simplificação narrativa, apelo afetivo e repetição. Ademais, quando esse funcionamento se articula a temas moralmente sensíveis, como gênero, sexualidade e aborto, cria-se um terreno propício à circulação de conteúdos que exploram medo, indignação e ansiedade social (Alves; Marques, 2026).

Como apontam Rodrigues, Rigoni Filho e Fort (2026), as plataformas sociais operam como espaços de subjetividade e amplificação de medos e normas sociais, de modo que a desinformação sobre a sexualidade feminina reforça valores tradicionais e perpetua a ideia de que os corpos e desejos das mulheres devem ser controlados. Dessa maneira, trata-se tanto de conteúdos falsos sobre aborto quanto de discursos que produzem e reiteram formas de sujeição, ao enquadrar a autonomia reprodutiva como desvio moral e a sexualidade feminina como objeto de vigilância. Sendo assim, a desinformação de gênero (Judson, 2021) sobre aborto funciona como tecnologia simbólica de coerção, pois reorganiza a compreensão social do tema por meio de enquadramentos que culpabilizam mulheres, deslegitimam direitos e naturalizam hierarquias de gênero.

Para elucidar a desinformação de gênero, a vulnerabilidade digital oferece uma chave teórica para pensar as questões de gênero nas plataformas sociais para além do binarismo entre inclusão e exclusão digital. Desse modo, Botelho-Francisco (2025) define a vulnerabilidade digital como uma condição de fragilidade de atores humanos e não humanos diante das complexidades do desenvolvimento, uso e fruição das tecnologias ao destacar que ela é produzida por estruturas de poder e de inovação que frequentemente desconsideram autonomia, autodeterminação e soberania.

Além de estrutural, a vulnerabilidade digital afeta subjetividades e capacidades críticas, na medida em que amplia a exposição à manipulação, à engenharia social e à desinformação, sobretudo em contextos de hiperconectividade (Ananias, 2025). Por isso, além de uma problemática técnica, ela é uma condição multidimensional que atravessa corpo, autoimagem e experiência social nas plataformas (Botelho-Francisco, 2025). A partir desse quadro, depreende-se que o reacionarismo antigênero encontra terreno favorável de circulação, já que a desinformação de gênero se aproveita dessas vulnerabilidades para produzir adesão, medo e disputa de sentidos.

Nos ambientes digitais, o antifeminismo opera como reação aos avanços dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ intensificada por dinâmicas algorítmicas (Schmitt; Gonçalves, 2025), como mostram Tavares e Recuero (2025) ao analisarem ataques a deputadas federais marcados por violência de gênero. Nesse contexto, desponta o conceito de machosfera para lançar luz às redes multiplataformas e masculinistas, articuladas às guerras culturais online

e à ascensão da extrema-direita - é na machosfera que o universo *Red Pill*⁴ e *MGTOW*⁵ entende a mulher como traidora ou indigna de confiança (Daudt; Valiati; Conte, 2025; Silva; Nascimento; Bertasso, 2025; Silva, 2023).

Ademais, a agenda antigênero consiste em um conjunto transnacional de discursos e políticas que produz pânico morais a fim de defender a família cisheteronormativa e reativar projetos patriarcais e autoritários. Nesse contexto, a desinformação de gênero é uma ferramenta importante, pois ela manipula informações e estereótipos para fins políticos, sociais e econômicos, de modo a transformar direitos em ameaças e reorganizar sentidos sociais (Judson, 2021). Nos ambientes digitais, ela circula por imagens, textos e vídeos distorcidos cujo conteúdo articula violências simbólicas e estruturais contra mulheres e pessoas LGBTQIA+, com amplificação algorítmica de seus efeitos (Silva; Cavalcante, 2025). Entende-se que esse enquadramento torna necessário observar, em contextos empíricos específicos, como a dimensão visual da desinformação de gênero articula moralização, apagamentos e vulnerabilidades digitais em torno de temas sensíveis, como o aborto.

Telegram, aborto e pânico moral antigênero

No ecossistema bolsonarista, o Telegram funciona como infraestrutura estratégica para a circulação de desinformação de gênero, discursos extremistas, teorias da conspiração e pânico moral contra direitos sexuais e reprodutivos. Sua arquitetura - marcada por opacidade, anonimato relativo, grande escala de grupos, canais e facilidade de encaminhamento - favorece a segmentação, a radicalização e a mobilização política à margem da visibilidade pública, incluindo ataques a instituições democráticas e a difusão massiva de conteúdos enganosos e violentos (Urman; Katz, 2022; Dibai, 2021; Monari, 2022).

Compreende-se que pânico moral, desinformação de gênero e conspiração são conceitos articulados, mas não equivalentes. As teorias da conspiração

⁴ Refere-se a uma filosofia masculinista, apropriada da metáfora de Matrix, segundo a qual homens precisariam tomar a pílula vermelha para enxergar uma suposta verdade ocultada pelo feminismo.

⁵ *Men Going Their Own Way*, ou Homens Trilhando Seu Próprio Caminho, designa uma vertente da machosfera que prega o afastamento masculino de vínculos afetivos, conjugais e sociais com mulheres, inserindo-se em um ecossistema mais amplo de comunidades online marcadas por misoginia, antifeminismo e hierarquias internas de masculinidade.

podem ser compreendidas como narrativas explicativas que atribuem eventos históricos, políticos ou sociais à ação secreta e intencional de atores poderosos, geralmente apresentados como ocultos, maliciosos ou interessados em ampliar sua influência sobre a sociedade. Organiza-se uma forma específica de interpretação da realidade, baseada na suspeita em relação às versões oficiais e na crença de que acontecimentos complexos são resultado de planos deliberados.

O conspiracionismo, então, se vincula a uma crise epistemológica marcada pela desconfiança em relação às instituições, como ciência, imprensa, universidades e governos. Observa-se que essas narrativas ganharam projeção contemporânea ao oferecer explicações alternativas para acontecimentos traumáticos ou de grande impacto público, como o assassinato de John F. Kennedy (Albuquerque; Quinan, 2019; Quinan, 2018)

A gramática conspiratória também opera em uma dimensão afetiva e social, como argumentam Swami e Coles (2010), que lançam luz sobre as teorias da conspiração como tentativas de lidar com incertezas, ambiguidades e sentimentos de impotência diante de eventos percebidos como ameaçadores. Ao oferecerem culpados identificáveis, inimigos organizados e explicações simplificadas para fenômenos complexos, as narrativas produzem sensação de controle, pertencimento e acesso privilegiado a uma suposta verdade oculta.

Por sua vez, o pânico moral ocorre quando uma questão social é enquadrada como ameaça à ordem coletiva, mobilizando medo, indignação e ansiedade em torno de grupos ou práticas apresentados como perigosos. No caso da suposta “ideologia de gênero”, por exemplo, a dinâmica aparece na transformação de debates sobre educação sexual, diversidade, aborto e direitos LGBTQIA+ em sinais de perigo coletivo, como demonstram Miskolci e Campana (2017).

A desinformação de gênero, por seu turno, refere-se à produção e circulação de conteúdos falsos, enganosos, distorcidos ou descontextualizados sobre gênero, sexualidade e direitos reprodutivos, em diálogo com a compreensão da desinformação como prática de manipulação informacional capaz de produzir danos públicos (Wardle; Derakhshan, 2017). Assim sendo, enquanto o pânico moral mobiliza a urgência da ameaça, a desinformação de gênero fornece os enunciados, imagens e enquadramentos que distorcem o debate público e tornam certas interpretações socialmente compartilháveis. Desse modo, a desinformação de gênero opera no plano informacional, o pânico

moral no plano afetivo e mobilizador, e a conspiração no plano narrativo-causal, ao indicar supostos agentes, intenções e planos secretos. Em conjunto, essas três dimensões sustentam a retórica antigênero ao transformar direitos sexuais e reprodutivos em evidências de ameaça moral e política, reforçando a oposição entre “nós” e “eles” característica das narrativas conspiratórias sobre gênero (Thiem, 2020).

Por conseguinte, as *affordances* do Telegram favorecem, entre diversos temas, a circulação de conteúdos conspiratórios, a formação de redes neonazistas (Intercept, 2025), de abuso sexual infantil (Estadão Conteúdo, 2024), de violência de gênero e assédio sexual virtual (Simaremare; Pribadi, 2022); e de supremacistas brancos (Guhl; Davey, 2020). Nesse ecossistema, o aborto ganha centralidade como peça da retórica antigênero, uma vez que, em grupos e canais bolsonaristas, as questões de gênero são lidas, muitas vezes, sob a lente das teorias da conspiração que apresentam o feminismo, os direitos LGBTQIA+ e a educação sexual como partes de um complô contra a família, a infância e a nação (Popolin, 2024).

O arcabouço teórico sobre questões de gênero e plataformas sociais indica que o WhatsApp e o Telegram são instrumentalizados para segmentar e radicalizar grupos alinhados à extrema-direita, de modo a promover uma retórica anti-LGBTQIA+ e antigênero em ambientes de homogeneidade ideológica. O Telegram, nesse contexto, é tanto meio de circulação quanto parte da própria eficácia da mensagem, pois sua arquitetura favorece replicabilidade, autoridade por repetição, baixa exposição ao contraditório e sedimentação de câmaras de eco (Popolin *et al.*, 2024; Popolin, 2025)

Por conseguinte, a literatura sobre questões de gênero, antifeminismo e maternidade ajuda a desenhar o cenário que fomenta a desinformação sobre gênero e aborto, haja vista que Fontenelle e Galetti (2026) apontam, no discurso da extrema-direita, a maternidade patriarcal mobilizada como identidade política e moral, que naturaliza a mulher como esposa, mãe, cuidadora e guardiã da ordem social.

Compreende-se, desse modo, a cruzada antiaborto no Telegram tanto como divergência moral quanto parte de disputas de raça, classe, laicidade e direitos humanos, haja vista que a literatura aponta a agenda antigênero em associação com a agenda “pró-vida” - sustentada por alianças entre católicos e evangélicos na América Latina, a criminalização do aborto atinge de modo mais duro mulheres marcadas pela precariedade, especialmente mulheres negras (Biroli *et al.*, 2020; Davis, 2016; Dantas; Dibai, 2021).

No âmbito institucional, a ofensiva antiaborto e antigênero pode ser observada em três frentes articuladas. A primeira é a legislativa, marcada por propostas de viés punitivista, pelo reconhecimento jurídico do nascituro e por iniciativas voltadas à suspensão de normas de saúde (Marsicano; Burity, 2021). A segunda é a judicial, expressa nas disputas travadas no STF e no acionamento do *amicus curiae* por grupos jurídico-conservadores (Silva *et al.*, 2025). A terceira é a diplomática, visível na formação de alianças transnacionais contrárias à consolidação de um suposto direito internacional ao aborto, contexto no qual o Brasil aderiu, durante o governo Bolsonaro, em 2020, a uma dessas coalizões ao lado dos Estados Unidos (Chade, 2020).

À vista disso, o caráter transnacional da desinformação de gênero pode ser observado tanto na circulação de repertórios discursivos quanto na difusão de estéticas que atravessam fronteiras nacionais cujo exemplo é o acionamento de mulheres conservadoras, frequentemente apresentadas como mães protetoras em defesa das crianças (Power, 2014). Nesse sentido, Sykes e Hopner (2024) demonstram que o antifeminismo se consolidou como uma estética globalizada por meio das *tradwives*, que, em diferentes gradações da direita, transformam maternidade, domesticidade e submissão feminina em signos de identificação política.

Sendo assim, no Telegram bolsonarista, esse repertório encontra ressonância nas campanhas contra o aborto e a diversidade sexual, que reinscrevem mulheres na função materna e reforçam um ideal cisheteropatriarcal compartilhado em circuitos digitais transnacionais. Ao deslocar o foco para imagens sobre aborto em ambientes de mensageria, torna-se possível aproximar debates sobre agenda antigênero, desinformação de gênero e vulnerabilidades digitais, evidenciando a produção de risco simbólico para mulheres. Isto posto, apresenta-se, na próxima seção deste trabalho, a análise e os resultados que lançam luz sobre a desinformação de gênero e o aborto, em imagens circuladas em grupos e canais bolsonaristas no Telegram.

O aborto em grupos e canais bolsonaristas no Telegram: um atalho discursivo

O corpus deste artigo deriva da tese do autor (Popolin, 2024), dedicada a examinar como imagens compartilhadas em grupos e canais bolsonaristas mobilizam teorias da conspiração em torno de gênero e sexualidade. Embora

o corpus derive de pesquisa sobre teorias da conspiração e “ideologia de gênero”, o presente artigo realiza um deslocamento analítico, pois, em vez de examinar o conjunto das narrativas conspiratórias, concentra-se nas imagens sobre aborto. No desenho original da pesquisa, o problema consistiu em identificar quais temas davam sustentação às narrativas conspiratórias acionadas pela expressão “ideologia de gênero” em imagens circuladas no Telegram entre 2020 e 2022. Para isso, a base de dados foi construída a partir da observação empírica de grupos e canais bolsonaristas na plataforma, com atenção ao modo como esses ambientes articulavam pânico moral, retórica antigênero e imaginários de ameaça.

A seleção dos grupos e canais seguiu o método de *snowballing*, isto é, inicialmente, localizou-se grupos e canais bolsonaristas por meio de buscas em plataformas sociais, fóruns, comunidades online e convites públicos compartilhados nos próprios espaços monitorados. A partir desses exemplares iniciais, novos grupos foram incorporados com base nas conexões, recomendações e interconexões observadas entre participantes e canais já identificados. Desse modo, ampliou-se o número de grupos e canais a fim de mapear espaços de convergência bolsonarista que compartilham pautas, repertórios e dinâmicas semelhantes, o que resultou na identificação de 109 espaços.

Em dezembro de 2023, exportou-se manualmente, no Telegram Desktop, os conteúdos dos grupos e canais, de 2020 a 2022. A construção do banco de imagens ocorreu por extração via OCR no Google Drive, procedimento utilizado para localizar peças que continham a expressão “ideologia de gênero”. Esse caminho metodológico permitiu identificar 806 imagens no corpus total⁶. A partir desse universo, calculou-se uma amostra aleatória de 261 peças, com 95% de confiança e 5% de margem de erro, seguindo Krippendorff (2013), de modo a garantir representatividade para a codificação manual e análise temática (Neuendorf, 2019).

O protocolo de análise foi organizado em duas etapas: na primeira, verificou-se a presença de elementos conspiratórios; na segunda, mapearam-se os

⁶ O estudo integra a pesquisa de doutoramento do autor, regularmente aprovada em sua instituição de origem, sem impedimentos éticos para sua execução.

temas recorrentes associados à “ideologia de gênero”⁷. Verificou-se, assim, que o aborto aparece como tema central da retórica conspiratória antigênero, uma vez que o tema foi identificado como o assunto mais recorrente da amostra, presente em 56,7% das peças analisadas (N=148), além de ser descrito como porta de entrada moral para articular anticomunismo, religiosidade, defesa da família e oposição à esquerda (Popolin, 2025).

Depreende-se, portanto, que o aborto ocupa posição privilegiada na guerra visual bolsonarista em torno da “ideologia de gênero”, de modo que, no presente trabalho, o recorte é aprofundado por meio de uma nova etapa analítica, na qual as 148 imagens foram examinadas a partir das seguintes questões que derivam do arcabouço teórico discutido ao longo do artigo: se criminalizam simbolicamente o aborto; se citam algum aparato legal sobre o aborto; se reinscrevem mulheres na função materna; se apagam vítimas de violência sexual; se produzem vulnerabilidades digitais para mulheres; e se mobilizam desinformação de gênero.

Para cada uma das questões, adotaram-se três possibilidades de resposta: sim, não ou parcialmente. A categoria “sim” foi reservada aos casos em que havia evidência visual ou textual inequívoca do enquadramento analisado; “não”, aos casos em que faltavam elementos suficientes para sustentar a classificação; e “parcialmente”, às imagens que apresentavam indícios indiretos, ambíguos, mistos ou apenas sugestivos do fenômeno observado. No caso de variáveis mais complexas, como “produzir vulnerabilidades digitais” ou “mobilizar desinformação de gênero”, a marcação “parcialmente” foi empregada quando a peça não enunciava explicitamente o enquadramento, mas o acionava por associação, simplificação, moralização ou traços residuais, sem reunir evidências para uma codificação plena. O Quadro 1 sintetiza as categorias mobilizadas na codificação, suas perguntas operacionais e os critérios utilizados para distinguir evidência plena, evidência parcial e ausência de evidência.

Quadro 1 - Categorias analíticas aplicadas às imagens sobre aborto

Categoria analítica	Pergunta operacional	Critério para “sim”	Critério para “parcialmente”	Critério para “não”
Criminalização simbólica do	A imagem enquadra o	Quando o aborto é	Quando a criminalização	Quando a imagem não apresenta

⁷ Reconhece-se aqui uma limitação: como a coleta dependeu da presença textual da expressão “ideologia de gênero” nas imagens estáticas, o corpus não inclui textos, vídeos ou peças visuais que remetessem ao tema isolado.

Categoria analítica	Pergunta operacional	Critério para “sim”	Critério para “parcialmente”	Critério para “não”
aborto	aborto como crime, pecado, assassinato, ameaça moral ou mal social?	apresentado de forma direta como crime, pecado, assassinato, barbárie, destruição, ameaça moral ou equivalente.	aparece de modo indireto, sugestivo ou por associação com outras ameaças morais, políticas ou religiosas.	elementos suficientes para associar o aborto a crime, pecado, ameaça moral ou destruição social.
Citação de aparato legal	A imagem menciona algum aparato legal, jurídico ou institucional sobre o aborto?	Quando há menção explícita a leis, Constituição, Código Penal, STF, jurisprudência, projetos de lei, exceções legais, “aborto legal” ou linguagem jurídica semelhante.	Quando há referência vaga ou indireta a “lei”, “crime”, “direito”, “legalização” ou termos próximos, sem desenvolvimento jurídico substantivo.	Quando não há referência a leis, instituições jurídicas, direitos, exceções legais ou dispositivos normativos.
Reinscrição das mulheres na função materna	A imagem recoloca as mulheres na posição de mães, gestantes obrigatórias ou guardiãs da família?	Quando a maternidade é apresentada como destino natural, dever feminino, obrigação moral ou função social esperada das mulheres.	Quando essa associação aparece de forma indireta, por símbolos de família tradicional, sacralização da maternidade, defesa genérica da vida ou vínculo entre aborto e destruição da família.	Quando a imagem não associa mulheres à maternidade, à gestação obrigatória ou à função de cuidado familiar.
Apagamento de meninas e vítimas de violência sexual	A imagem silencia meninas, vítimas de estupro, violência sexual, gravidez infantil ou situações de vulnerabilidade?	Quando o aborto é tratado de forma abstrata, genérica ou moralizante, sem reconhecer meninas, estupro, violência sexual, gravidez infantil,	Quando há alguma abertura residual para esses sujeitos ou contextos, mas de modo insuficiente, secundário ou subordinado à moralização do aborto.	Quando a imagem reconhece explicitamente meninas, vítimas de violência sexual, gravidez infantil, risco, coerção ou outras situações concretas de vulnerabilidade.

Categoria analítica	Pergunta operacional	Critério para “sim”	Critério para “parcialmente”	Critério para “não”
		coerção, risco ou vulnerabilidade.		
Produção de vulnerabilidades digitais para mulheres e meninas	A imagem contribui para estigmatizar, hostilizar ou deslegitimar mulheres e meninas no ambiente digital?	Quando a imagem estigmatiza, humilha, culpabiliza, deslegitima ou incentiva ambientes digitais hostis a mulheres e meninas, inclusive por reforçar medo, culpa ou desinformação.	Quando a vulnerabilização ocorre de modo indireto, por moralização, associação negativa, simplificação ou reforço de estereótipos.	Quando a imagem não apresenta elementos suficientes para sustentar a produção de vulnerabilidades digitais.
Desinformação de gênero	A imagem mobiliza formulações enganosas, distorcidas ou falsas sobre gênero, sexualidade, maternidade ou direitos reprodutivos?	Quando há distorção clara sobre mulheres, gênero, sexualidade, maternidade, aborto ou direitos reprodutivos, associando-os a ameaças falsas ou enganosas.	Quando há simplificação, associação indireta, insinuação ou enquadramento ambíguo que pode produzir interpretação enganosa, mas sem evidência plena.	Quando a imagem não apresenta formulações falsas, enganosas, distorcidas ou descontextualizadas sobre gênero, sexualidade, maternidade ou direitos reprodutivos.

Fonte: elaborado pelo autor com base no protocolo de codificação da pesquisa.

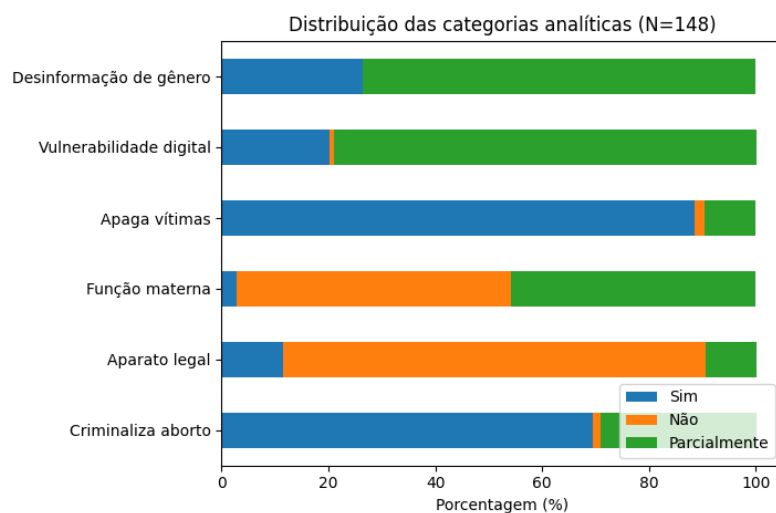
Operacionalmente, nessa etapa, utilizou-se a API da *OpenAI* como recurso auxiliar de pré-codificação visual. As 148 imagens do recorte foram processadas individualmente por meio de um script em Python que enviou a imagem ao modelo multimodal *gpt-5.4-mini*, com nível de detalhamento visual definido como alto. A chamada foi realizada pela *API Responses*, com armazenamento desativado (*store=False*) e saída estruturada por um *schema JSON* estrito, composto por dez campos: identificação da imagem, descrição objetiva, texto visível, tema principal e seis categorias analíticas codificadas como “sim”, “não” ou “parcialmente”.

As instruções fornecidas ao modelo determinaram que a análise deveria se limitar ao que estivesse visível na imagem, sem uso de contexto externo, pesquisa adicional ou inferência sobre autoria, data, circulação ou intenção. A

planilha resultante foi posteriormente revisada pelo autor, de modo que a API funcionou como instrumento de organização e pré-classificação, sem substituir a interpretação humana, qualitativa e analítica.

Desse modo, observa-se, no corpus analisado, que a criminalização simbólica do aborto é recorrente, uma vez que 69,6% das imagens pertencem a esse enquadramento, ao passo que 29,1% pertencem parcialmente (Imagem 1). Verifica-se que o aborto é mobilizado, sobretudo, como signo de desordem moral e política, ou seja, sua complexidade social, sanitária ou jurídica é preterida. Em várias peças, o tema surge acoplado a um repertório mais amplo de ameaças, ao lado de expressões como *ideologia de gênero*, *legalização das drogas*, *destruição dos valores da família* e *doutrinação nas escolas*.

Imagem 1: Distribuição das categorias analíticas aplicadas às imagens sobre aborto (N=148)



Fonte: elaboração do autor via Python a partir da codificação da amostra.

Em outros casos, a criminalização se dá por oposição binária entre projetos políticos e morais nos quais o aborto aparece no polo oposto à vida, ou em casos que associam votar na esquerda a apoiá-lo, bem como endossar a sexualização precoce de crianças, o feminismo e o casamento gay. Observa-se, portanto, que o aborto raramente aparece como questão concreta de direitos ou saúde, pois funciona, antes, como marcador de um campo inimigo.

Desse modo, essa leitura é reforçada pela baixa incidência de referências a aparato legal, já que apenas 11,5% das imagens citam leis ou questões jurídicas, o que sugere que o corpus opera majoritariamente por meio de moralização, slogans e associações ideológicas, isto é, não pela discussão de leis, jurisprudência ou dispositivos normativos. Notavelmente, quando o repertório jurídico aparece, ele tende a ser excepcional e instrumentalizado, como os exemplos que mencionam a despenalização e as *leis penais* ao

reproduzir uma notícia sobre a OMS; outro exemplo faz menção à *assinatura do Consenso de Genebra* e à *defesa da vida humana desde a concepção*, o que indica o uso parcial de linguagem institucional para sustentar um posicionamento político-moral (Imagem 2).

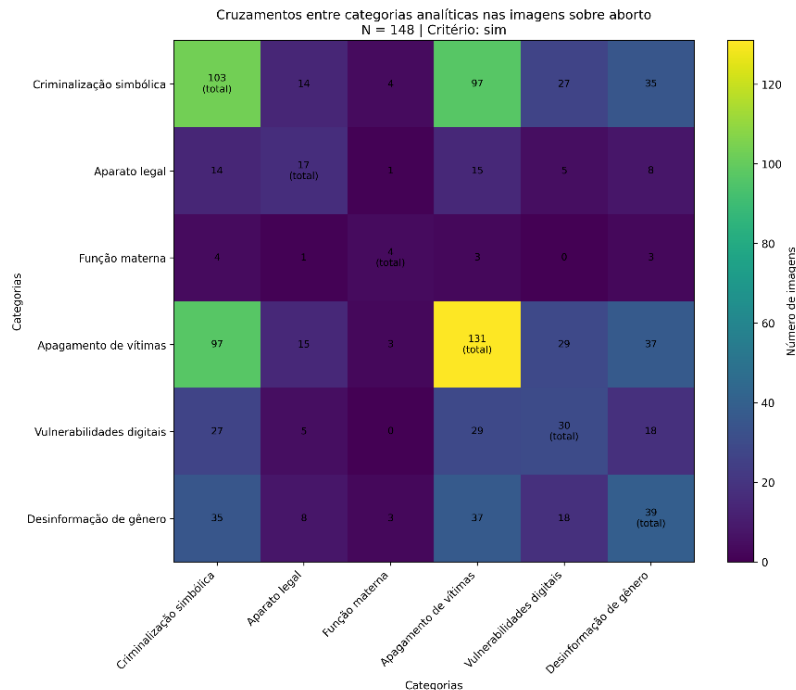
Imagem 2: Exemplo de associação entre aborto, “ideologia de gênero” e destruição dos valores da família



Fonte: acervo do autor, a partir de imagens coletadas em grupos e canais bolsonaristas no Telegram (2020-2022).

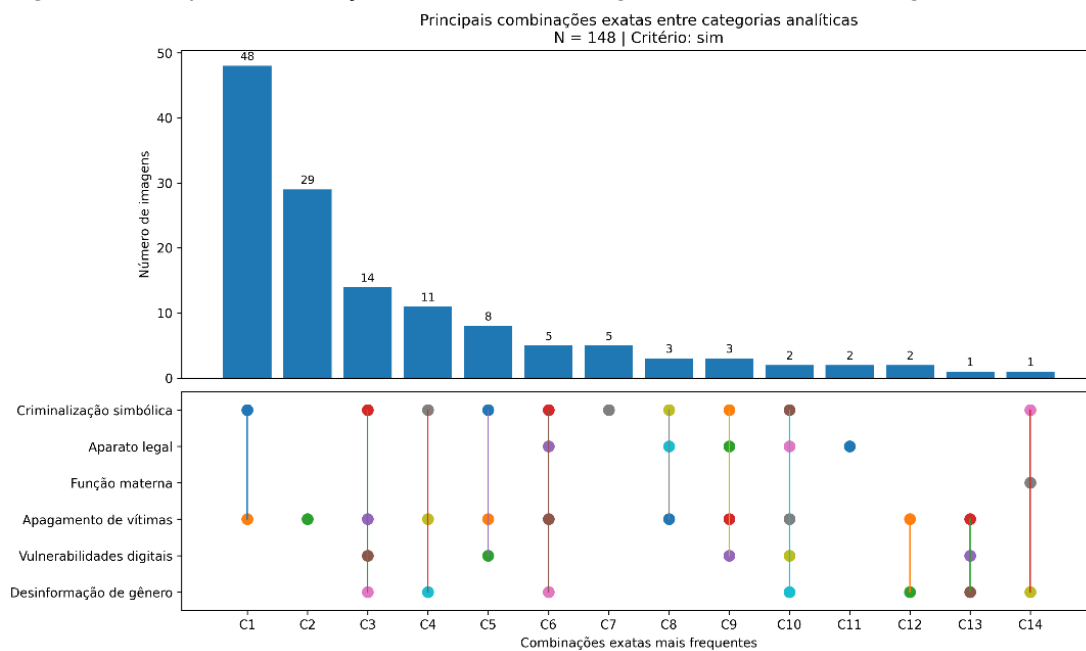
A análise também aponta para o apagamento de vítimas de violência sexual, o que alcança 88,5% das imagens, haja vista que a maioria das imagens trata o aborto de modo abstrato e genérico, sem reconhecer situações concretas que estruturam o debate público e jurídico sobre o tema. Observa-se que essa ausência não é residual, pois, entre as 103 imagens que possuem algum tipo de criminalização simbólica, 97 também apresentam apagamento de vítimas de violência sexual - o que corresponde a 94,2% desse subconjunto, evidenciando que a condenação moral do aborto opera de forma associada ao silenciamento de contextos concretos de violência sexual e vulnerabilidade (Imagem 3).

Imagem 3: Cruzamentos entre categorias analíticas nas imagens sobre aborto



Fonte: elaboração do autor via Python a partir da codificação da amostra.

Imagem 4: Principais combinações exatas entre categorias analíticas nas imagens sobre aborto



Fonte: elaboração do autor via Python a partir da codificação da amostra.

A Imagem 4 complementa a análise ao apontar que a combinação mais recorrente é a que reúne criminalização simbólica e apagamento de vítimas, com 48 ocorrências, seguida pelas imagens que apresentam apenas apagamento de vítimas, com 29 casos. Depreende-se que o apagamento de meninas e vítimas de violência sexual constitui um eixo central das imagens analisadas, frequentemente articulado à moralização do aborto e, em alguns

casos, à desinformação de gênero e à produção de vulnerabilidades digitais. O cruzamento demonstra que a criminalização simbólica não opera isoladamente, haja vista que ela é combinada ao apagamento de circunstâncias que poderiam deslocar o debate para o campo dos direitos, da saúde pública e da justiça reprodutiva. O corpus, portanto, além de condenar o aborto, restringe as condições de inteligibilidade das experiências de mulheres, meninas e vítimas de violência sexual.

Destarte, a criminalização frequentemente é acompanhada do silenciamento de condições que poderiam complexificar a questão, como a peça que contém a frase “Hipocrisia é orar pelos filhos e votar em quem defende a ideologia de gênero, o aborto e a liberação das drogas”, ou que reduz o aborto a mais um item de uma lista de pautas rejeitadas. Mesmo quando há alguma abertura parcial (notícia sobre a OMS na Imagem 2), ao mencionar “mulher, menina ou outra pessoa grávida”, esses sujeitos aparecem de forma lateral a fim de endossar a crítica à “ideologia de gênero”.

A reinscrição das mulheres na função materna aparece de maneira menos explícita, mas importante, uma vez que apenas 2,7% das imagens fazem parte desse enquadramento, o que indica que o corpus não depende, na maior parte do tempo, de representar frontalmente a mulher como mãe; em vez disso, ele aciona indiretamente esse lugar por meio de signos como *vida*, *filhos*, *família* e *proteção da infância*, como nos exemplos da Imagem 5.

Imagem 5: Exemplo de associação entre aborto e destruição dos valores da família



Fonte: acervo do autor, a partir de imagens coletadas em grupos e canais bolsonaristas no Telegram (2020-2022).

Nesse sentido, a maternidade funciona como horizonte normativo implícito assim como ocorre nas categorias de vulnerabilidades digitais e desinformação de gênero nas quais as imagens se enquadram majoritariamente de modo

parcial, com 79,1% e 73,6%, respectivamente. Depreende-se que esses exemplos do corpus operam pelo imbricamento de insinuação, contaminação semântica e associação reiterada. Casos como os das Imagens 2, 5 e 6 indicam como a circulação desses conteúdos produz um ambiente hostil, no qual o aborto se conecta a pânico moral, ao ataque a adversários e à estigmatização de agendas de gênero e sexualidade.

Imagem 6: Exemplos de pânico moral e estigmatização do aborto em associação com gênero e sexualidade



Uma deputada de esquerda diz defender o ensino sexual para estudantes nas escolas.

Na verdade, eis o que ela defende:

- Erotização de crianças
- Ideologia de gênero
- Pedofilia
- Incesto
- Aborto

Esse tipo de gente precisa ser banida da política.
E da sociedade.

Fonte: acervo do autor, a partir de imagens coletadas em grupos e canais bolsonaristas no Telegram (2020–2022).

Uma visão panorâmica evidencia o caráter relacional da circulação do aborto nesses materiais, já que ele raramente é apresentado de modo isolado. Dessa forma, o aborto passa a operar como elemento síntese de pertencimento ideológico, ou seja, quem é associado ao aborto é também associado a uma série de outras posições moralmente rejeitadas, o que produz uma simplificação do debate público - o aborto deixa de ser um problema social

complexo e passa a servir como atalho discursivo para identificar inimigos políticos, desqualificar candidaturas, interditar adversários e reforçar fronteiras entre *nós* e *eles* (Imagem 7)⁸.

Imagem 7: Exemplo de enquadramento binário e eleitoral do aborto como marcador de pertencimento ideológico



Fonte: acervo do autor, a partir de imagens coletadas em grupos e canais bolsonaristas no Telegram (2020-2022).

O formato de panfleto (Imagem 7) é imperativo na amostra, engendrando comparação binária, lista acusatória ou chamada de compartilhamento, o que favorece circulação rápida, leitura imediata e replicação em aplicativos de mensagem. Nesse sentido, o Telegram aglutina tanto a função de meio técnico de difusão, quanto de espaço propício para a sedimentação de mensagens curtas, repetitivas e moralmente saturadas.

As imagens analisadas implicam desinformação de gênero tanto porque expressam opinião conservadora sobre aborto, sexualidade e educação quanto distorcem deliberadamente o sentido dessas pautas ao apresentá-las como partes de uma mesma conspiração moral e política. Ao fundir aborto, “ideologia de gênero”, pedofilia, destruição da família, comunismo e sexualização infantil em uma cadeia única de ameaças, elas produzem equivalências falsas, apagam mediações institucionais e substituem debates de saúde pública, direitos reprodutivos e políticas educacionais por enquadramentos binários e alarmistas.

⁸ O ano de 2022 tem um peso particular no corpus porque, sendo ano eleitoral, intensificou-se a circulação de imagens voltadas à disputa política, em um período associado ao aumento da radicalização do discurso bolsonarista no Telegram, o que ajuda a explicar a presença expressiva de peças visuais com formato de panfleto eleitoral.

Nesse processo, a diversidade de gênero e a autonomia reprodutiva deixam de aparecer como temas de direitos e passam a ser figuradas como ofensiva coordenada contra crianças, religião e nação. Trata-se, portanto, de desinformação de gênero porque há difamação baseada em gênero, recodificação enganosa de direitos sexuais e reprodutivos e mobilização de pânico moral para deslegitimar mulheres, feministas e sujeitos dissidentes de sexo e gênero.

Ao mesmo tempo, essas peças contribuem para a produção de vulnerabilidades digitais para mulheres porque reforçam condições de risco pessoais, sociais, tecnológicas e políticas em ambientes de plataforma. Quando o aborto é representado como crime moral absoluto e quando mulheres que reivindicam autonomia corporal aparecem, ainda que implicitamente, como inimigas da família ou cúmplices de uma agenda perversa, amplia-se a legitimidade simbólica para hostilidade, assédio, silenciamento e difamação online.

A circulação repetitiva desses conteúdos em ecossistemas de baixa regulação e alta replicabilidade, como canais e grupos do Telegram, intensifica a estigmatização e favorece comunidades de afinidade baseadas no ódio, de modo a tornar mulheres mais expostas à violência simbólica e a ataques coordenados. Assim sendo, a vulnerabilidade digital decorre tanto do conteúdo de cada imagem quanto da articulação entre misoginia, pânico moral e lógica de plataforma, o que transforma a desinformação em mecanismo de disciplinamento dos corpos femininos e de violação de direitos das mulheres.

Considerações finais

Este artigo refina um corpus previamente examinado no doutoramento do autor, razão pela qual o recorte inicial pelo filtro “ideologia de gênero” incide sobre o material analisado e sobre as interpretações aqui propostas. Em pesquisas futuras, pretende-se ampliar o escopo para todas as imagens sobre aborto presentes no *dataset*, sem esse filtro prévio. Ainda assim, a etapa analítica inédita realizada neste estudo mostra que, em grupos e canais bolsonaristas no Telegram, o aborto circula como signo de ameaça moral e política, articulado à defesa da família e à suposta “ideologia de gênero” como marcador de pertencimento conservador.

Um olhar deslindado sobre as 148 imagens em que o aborto aparece como tema permitiu aprofundar o diagnóstico ao apontar o predomínio da

criminalização simbólica do aborto, ao passo que referências a aparato legal são escassas e, quando surgem, tendem a ser instrumentais. Destarte, o apagamento de vítimas de violência sexual evidencia que o corpus opera majoritariamente calcado em uma moral cristã e conservadora, pois silencia condições concretas que complexificariam o debate. Por conseguinte, verifica-se que, mesmo quando a reinscrição das mulheres na função materna não aparece de maneira frontal, a maternidade permanece como horizonte normativo implícito por meio de signos como vida, filhos, família e proteção da infância.

Nesse sentido, entende-se que a desinformação de gênero sobre aborto produz vulnerabilidades digitais para mulheres, pois difunde inverdades e organiza um ambiente comunicacional de estigmatização contínua. A análise elucida que a circulação repetitiva de prints, memes, montagens e panfletos - em uma plataforma cuja arquitetura favorece replicabilidade, autoridade por repetição e baixa exposição ao contraditório - contribui para sedimentar um imaginário moral punitivo que se reflete na realidade material.

O presente estudo contribui para articular debates que frequentemente aparecem separados nos estudos sobre comunicação política, gênero, desinformação e plataformas. Complementa pesquisas sobre desinformação de gênero ao evidenciar que seus efeitos dependem tanto de informações falsas quanto de enquadramentos morais, apagamentos e equivalências enganosas que transformam direitos reprodutivos em sinais de ameaça à família, à infância e à ordem moral.

Depreende-se, portanto, que este estudo contribui para os campos da Comunicação, dos estudos de gênero e das pesquisas sobre plataformas ao mostrar que a desinformação de gênero deve ser compreendida em sua articulação com ecossistemas políticos, visuais e tecnológicos específicos. Este trabalho oferece um recorte situado, porém revelador, de como direitos reprodutivos são convertidos em ameaça e instrumentalizados em disputas mais amplas. Isto posto, futuras investigações podem avançar na comparação com outras plataformas, bem como observar recepção, circulação e reapropriações desses conteúdos a fim de compreender com maior precisão como se produz, se sedimenta e eventualmente se enfrenta a vulnerabilização digital de mulheres em contextos antigênero.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. **Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “Professor Terra Plana”**. Mídia e Cotidiano, Niterói, v. 13, n. 3, p. 83-104, 2019.

ALVES, Mércia; MARQUES, Vanessa. **Defesa cognitiva e soberania informacional: o papel dos algoritmos na difusão de desinformação no processo eleitoral**. Ação Midiática, Curitiba, n. 31, jan./jun. 2026.

ANANIAS, Higor Felipe Silva. **Vulnerabilidades digitais e engenharia social nas gerações Z e Alpha: desafios e perspectivas**. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, v. 6, n. 1, e616589, 2025.

BATISTA, Carla Gisele; SARDENBERG, Cecília M. B. Movimentos feministas, aborto e laicidade: o caso de Alagoinha como exemplar. In: BONNETI, Alinne; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2011. p. 243-260.

BIROLI, Flávia; CAMINOTTI, Mariana. **The conservative backlash against gender in Latin America**. Politics & Gender, Cambridge, v. 16, n. 1, p. E1, 2020.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo Eduardo. **Transformação, plataformas e vulnerabilidades digitais: proposição de uma abordagem para estudos de tecnologia**. Em Questão, Porto Alegre, v. 31, e-146123, 2025.

CANALTECH. **Telegram chega a 1 bilhão de usuários e CEO ataca WhatsApp: “imitação barata”**. Canaltech, 2025. Disponível em: <https://canaltech.com.br/apps/telegram-chega-a-1-bilhao-de-usuarios-e-ceo-ataca-whatsapp-imitacao-barata/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

CARTA CAPITAL. **Telegram já foi alvo de bloqueio em 11 países e preocupa TSE para as eleições**. CartaCapital, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/telegram-ja-foi-alvo-de-bloqueio-em-11-paises-e-preocupa-tse-para-as-eleicoes/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

CHADE, Jamil. **Brasil e EUA articulam aliança mundial antiaborto**. UOL Notícias, São Paulo, 2 set. 2020. Coluna Jamil Chade. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2020/09/02/brasil-e-eua-querem-liderar-alianca-mundial-antiaborto.htm>. Acesso em: 6 set. 2025.

DANTAS, Paulo Henrique; DIBAI, Priscilla. **Percepções sobre o aborto legal entre partidários da extrema direita: o caso da criança capixaba de 10 anos**. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 601-627, set./dez. 2021.

DAUDT, Rafaella S.; VALIATI, Vanessa; CONTE, Daniel. **Representações sociais emergentes no universo Red Pill e MGTOW brasileiro**. E-Compós, v. 28, p. 1-21, 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIBAI, Priscilla. **“Lula nunca será livre”: a ofensiva ao inimigo em grupo bolsonarista no Telegram**. Revista Compólitica, v. 11, n. 1, p. 5-30, 2021.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; GOÉS, Emanuelle. **Aborto e raça no Brasil: Pesquisa Nacional de Aborto 2016 a 2021**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 11, p. 3085-3092, 2023.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Mais de 1 milhão de usuários compartilham pornografia no Telegram**. UOL, 23 out. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2024/10/23/mais-de-1-milhao-de-usuarios-compartilham-pornografia-no-telegram.htm>. Acesso em: 1 nov. 2024.

FONTENELLE, Alana; GALETTI, Camila. **Mãe Direita: o uso da maternidade no discurso antifeminista da extrema direita brasileira**. Ação Midiática, Curitiba, n. 31, jan./jun. 2026.

GEHRKE, Marília; AMIT-DANHI, Eedan R. **Gendered disinformation as violence: a new analytical agenda**. Harvard Kennedy School Misinformation Review, Cambridge, v. 6, n. 3, 2025.

GUHL, Jakob; DAVEY, Jacob. **A safe space to hate: white supremacist mobilisation on Telegram**. London: Institute for Strategic Dialogue, 2020.

JUDSON, Ellen. **Gendered disinformation: 6 reasons why liberal democracies need to respond to this threat**. Brussels: Heinrich-Böll-Stiftung European Union, 2021. Disponível em: <https://eu.boell.org/en/2021/07/09/gendered-disinformation-6-reasons-why-liberal-democracies-need-respond-threat>. Acesso em: 18 mar. 2026.

MARSICANO, Ana Carolina de Oliveira; BURITY, Joanildo Albuquerque. **Aborto e ativismo “pró-vida” na política brasileira**. Plural – Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 50-79, jan./jun. 2021.

MARTINS, Laís. **Telegram tem canais neonazistas com 35 mil usuários brasileiros**. The Intercept Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/08/25/encontramos-brasileiros-canais-abertos-neonazismo-telegram/>. Acesso em: 6 set. 2025.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017.

MONARI, Ana Carolina. **“Verdades divididas” sobre a Covid-19: o uso do canal do Telegram de Bolsonaro como registro oficial do governo**. Cadernos de História da Ciência, v. 15, n. 1, p. 1-32, 2022.

NEUENDORF, Kimberly A. **Content analysis and thematic analysis**. In: BROUGH, Paula (ed.). Advanced research methods for applied psychology: design, analysis and reporting. London: Routledge, 2019. p. 211-223.

POPOLIN, Guilherme. **A conspiração como estratégia bolsonarista: a “ideologia de gênero” no Telegram**. 2024. 280 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

POPOLIN, Guilherme. **Prints, memes e montagens no Telegram: a guerra visual conservadora contra a “ideologia de gênero” e o aborto**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 49., 2025, Campinas. Anais [...]. [S. l.]: ANPOCS, 2025. p. 1-20.

POWER, Margaret. **Conexões transnacionais entre as mulheres de direita Brasil, Chile e Estados Unidos**. Varia História, v. 30, p. 67-83, 2014.

QUINAN, Rodrigo. **De JFK a fake news: teorias da conspiração em duas encarnações de The X-Files**. In: JORNADA INTERNACIONAL GEMINIS, 3., 2018, São Carlos. Anais eletrônicos [...]. São Carlos: UFSCar, 2018.

RODRIGUES, Juliana Kaminski; RIGONI FILHO, Júlio César; FORT, Mônica Cristine. **O impacto da desinformação na educação sexual: um estudo do tema em redes sociais digitais**. Ação Midiática, Curitiba, n. 31, jan./jun. 2026.

SCHMITT, Elaine; GONÇALVES, Ailê Vieira. **Antifeminismo e conspiritualidade nas novas mídias digitais: propiciação algorítmica ou reação às políticas de gênero?** Mediações, Londrina, v. 30, e52411, 2025.

SILVA, Ágatha Cristinny Oliveira da; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. **Desinformação de gênero facilitada pela tecnologia**. ConCI: Convergências em Ciência da Informação, v. 8, n. especial, p. 1-28, 2025.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e. **Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

SILVA, Leide Luzia; MAGALHÃES, Breno Baía; SARMENTO, Rayza. **A mobilização conservadora no STF: análise dos focos temáticos em pautas de gênero e estratégias jurídico-constitucionais (2019-2022)**. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-24, 2025.

SILVA, Terezinha; NASCIMENTO, Fernanda; BERTASSO, Daiane. **Machosfera no Brasil: desafios práticos e éticos na cobertura jornalística da misoginia nas redes sociais**. E-Compós, v. 28, p. 1-21, 2025.

SIMAREMARE, Melpin Simaremare; PRIBADI, Farid. **Violence gender violence in virtual sexual harassment on social media Telegram: gender violence in virtual sexual harassment on social media Telegram**. Metafora: Education, Social Sciences and Humanities Journal, v. 6, n. 2, p. 30-38, 2022.

SWAMI, Viren; COLES, Rebecca. **The truth is out there: belief in conspiracy theories**. The Psychologist, Leicester, v. 23, n. 7, p. 560-563, 2010.

SYKES, Sophia; HOPNER, Veronica. **Tradwives: right-wing social media influencers**. Journal of Contemporary Ethnography, v. 53, n. 4, p. 453-487, 2024.

TAVARES, Camilla Quesada; RECUERO, Raquel. **Toxicidade e violência discursiva contra deputadas federais no Twitter**. Galáxia, São Paulo, v. 48, e62122, 2023.

THIEM, Annika. **Conspiracy theories and gender and sexuality**. In: BUTTER, Michael; KNIGHT, Peter (ed.). Routledge handbook of conspiracy theories. London: Routledge, 2020. p. 292-303.

URMAN, Aleksandra; KATZ, Stefan. **What they do in the shadows: examining the far-right networks on Telegram**. *Information, Communication & Society*, v. 25, n. 7, p. 904-923, 2022.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

Recebido em: 31/03/2026

Aceito em: 10/07/2026